

O POPULISMO BRASILEIRO

ROSANA DA ROSA¹

Resumo:

O fenômeno "populismo brasileiro" estudado por Weffort e Ianni, tinha como enfoque central a construção de uma dicotomia: Estado Autoritário/manipulador que se contrapunha a uma massa passiva de trabalhadores.

Novos historiadores como Neves, Ferreira e Castro Gomes estão revisando o período, e nesses novos estudos os trabalhadores possuem uma importância significativa como atores sociais, que dentro do possível criaram resistências, bem como negociaram melhores condições de trabalho. A tutela do Estado nos sindicatos não impediu os trabalhadores de pensarem a sua condição social, bem como a organização do próprio Estado. Enquanto categoria, as negociações e ação dos trabalhadores nesse período foram importantes, pois deram início a formação de uma consciência de classe.

Palavras-chave: populismo brasileiro; condição social; sindicatos; manipulação das massas.

Abstract

The phenomenon "Brazilian populism", studied by Weffort and Ianni, had as central focus the construction of a dichotomy: authoritarian state - manipulator, what put itself against to a passive mass of works.

New historians like Neves, Ferreira and Castro Gomes are reviewing the period, and in these new studies the works have significative importance as social actores, whose inside the possible created resistance, as they negotiated better work conditions. The state tutelage at the unions did not impede the works to think their social condition, as the organization of the state itself. As category the negotiations and the action of the works in this period was important cause it gave start to the formation of a class consciences.

Keywords: Brazilian, populism, social condition, unions, manipulation of masses.

Introdução

Repensar a historiografia produzida sobre o fenômeno populismo brasileiro, significa repensar grandes teóricos como Weffort e Ianni. E nesse estudo os tradicionais teóricos do populismo irão sofrer críticas à sua produção, feitas por novos historiadores que estão propondo um novo olhar sobre o período, como Jorge Ferreira, Angela Castro Gomes,

Fernando Teixeira da Silva e outros. Esses novos estudos sobre o fenômeno populismo brasileiro, propõem um novo enfoque historiográfico, desmitificando a dicotomia "Estado autoritário e manipulador x massa de trabalhadores passiva". Vêem as massas de trabalhadores organizados, como um agente social transformador capazes de negociar, dentro de um espaço limitado e relativamente dominado pelo Estado: os sindicatos tutelados pelo Estado, mas que isso não era impedimento para que os trabalhadores pensassem a sua própria realidade social, bem como a do próprio Estado.

Desenvolvimento

Os novos historiadores que estão produzindo sobre o tema populismo, estão de uma forma geral fazendo uma crítica sobre as interpretações de Weffort e Ianni, que

¹ Acadêmica do Curso de História da UFSM.

contrapunham a um Estado autoritário e manipulador uma massa de trabalhadores passiva. Esta classe trabalhadora estaria sendo manipulada por líderes populistas carismáticos.

Novos historiadores como Jorge Ferreira, Ângela Castro Gomes e Lucília de Almeida, só para citar alguns, estão repensando o fenômeno “populismo” no Brasil. Ferreira coloca que o populismo foi um rótulo empreendido a política do pós-30 pelos liberais, que haviam sido derrotados na Revolução de 30, daí que vem as primeiras concepções sobre tal política,

“formulações de vários matizes surgiram sendo, as mais disseminadas as que aludem à manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho que se queria ideal, e a uma postura anti-estatal, sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade”(FERREIRA. In: FERREIRA, 2001,p.8)

As generalizações sobre o fenômeno populista no Brasil, são constantes entre os diversos autores que escreveram e ainda escrevem sobre o tema, de forma que o conceito de populismo é apropriado das mais diversas formas sem haver um questionamento de sua possível dinamicidade, e mesmo sem considerar suas especificidade de um determinado contexto histórico,

“são marcas da singularidade temporal que fazem dos processos históricos experiências únicas e, portanto, definitivas” (NEVES. In: FERREIRA, 2001, 170)

Historiadores como Neves, Ferreira e Castro Gomes são unânimes em concordar que o populismo não representou simplesmente a manipulação das massas para o atendimento dos interesses de líderes populistas e do Estado, bem como do empresariado ligados as elites políticas, ao contrário permiti-

tiu a organização dos trabalhadores, mesmo que sob um sindicato tutelado pelo Estado, a reivindicação e a conquista dos seus interesses de classe. Novos estudos estão vendo os trabalhadores do pós-30 até 64 não mais como uma massa passiva, mas como atores sociais, que auxiliaram na estruturação de uma conjuntura política de negociação e concessão entre a classe trabalhadora e as elites dirigentes. Mesmo com um relevante controle estatal sobre os sindicatos e os sindicalizados havia uma relativa autonomia organizacional dos operários, que puderam desta forma desenvolver suas próprias bases político-ideológicas,

“ Foi um tempo em que parte importante da população constituiu-se como ator de um processo” que “proporcionou, simultaneamente, a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado”(NEVES. In: FERREIRA, 2001, 174).

Ângela de Castro Gomes, além de discordar da idéia de manipulação das massas pelo Estado populista brasileiro, afirma que houve sim, um pacto entre atores sociais diferenciados e que as massas se apropriaram das propostas do Estado populista e as transformaram de acordo com seus interesses, através de uma releitura dos projetos populistas, fazendo com que o pacto passasse a representar os interesses de ambos: trabalhadores e governo. Sendo assim não necessariamente o Estado precisava sempre apelar para a manipulação, mas utilizar-se da própria diferença de culturas existentes entre os diferentes atores sociais em questão,

“Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder dife-

renciados, mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las” (GOMES. In FERREIRA, 2001, 46).

Jorge Ferreira apresenta algumas contradições existentes na obra de Weffort “o populismo na política brasileira”, afirmando que o autor é um “intelectual afinado com o seu tempo, mas limitado por ele”

Uma reinterpretação do populismo dá-se através de uma vertente marxista, onde os mesmos defendem que o populismo não pode ser visto como um fenômeno que passou incólume por gerações e distintos contextos históricos, para ser reapropriado nos anos noventa, com o nome de neopopulismo, pois, conforme Ferreira:

“O Marxismo apresentou uma questão importante ao estudioso; uma ordem social não é imutável, e a sua própria reprodução propicia a sua transformação” (SILVA, COSTA, 2001, 84).

Se quando se adotou a terminologia populista na política Brasileira, seu sentido não estava carregado do sentido pejorativo de hoje, onde o populismo é visto como política de manipulação das massas, inicialmente por Weffort e Janny, mesmo que o populismo esteja sendo reestruturado hoje e a historiografia mais recente esteja dando uma maior ênfase a participação efetiva na vida política do estado pelos trabalhadores, ainda assim o termo não possui o mesmo significado elogioso, conforme Ferreira,

“Sendo os noticiários políticos de diversos jornais daquela época, é curioso perceber que, nas poucas situações, quando Getúlio Vargas e João Goulart são chamados de “populistas”, nada havia de ofensivo ao contrário, a ex-

pressão surgia como elogiosa” (FERREIRA, 2001, 115).

Portanto há uma necessidade de se reler a historiografia produzida sobre o populismo brasileiro, para se perceber as falhas ou então ir além das interpretações dicotomizadas. Percebe-se que houve uma transformação ou uma evolução na mentalidade dos trabalhadores brasileiros.

Além disso perceber que não houve uma ruptura radical com a organização sindical do pré-30 no pós-30 e sim, um processo de continuidade evolutiva nas organizações das classes trabalhadoras, valorizando as organizações e a história / trajetória dos operários anteriores a 30.

Em artigo de Fernando Teixeira da Silva e Hélio Costa, os autores tentam demonstrar o desafio de se construir uma síntese dos movimentos operários e da constituição de uma identidade coletiva para os trabalhadores urbanos, cooptados ou não pelos sindicatos oficiais tutelados pelo Estado, fugindo assim das tradicionais dicotomias interpretativas dos movimentos sociais do pós-30,

“desafio de encontrar sínteses alternativas que escapem aos impasses teóricos e políticos das generalizações empreendidas pelas primeiras gerações acadêmicas que investigaram a história da classe operária” (SILVA E COSTA. In: FERREIRA, 2001, 269).

Os mesmos Fernando Teixeira e Hélio Costa reafirmam a historiografia mais recente, sobre o populismo, que tenta mostrar o fenômeno como uma prática política que permitia as lutas políticas e a formação de uma identidade de classe, mesmo que sem sólidas bases ideológicas, as quais possuíam uma determinada representatividade junto as elites políticas populistas,

“Instituíram na prática ainda uma legítima representação de seus interesses, na medida em que o populismo não era tido invariavelmente como um fechado e acabado sistema de dominação, mas como um aberto e indeterminado jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos. (idem, 271)

Em síntese a historiografia recente está tentando reformular ou reconstruir uma interpretação para o fenômeno ocorrido no Brasil entre as décadas de 30 até o Golpe de 64. Para tanto está trazendo para a historiografia novos questionamentos como a formação de lideranças políticas no período se não haviam liberdades ou se ou sindicalizados era, manipulados constantemente? Houve movimentos e greves que reuniram em São Paulo e Rio de Janeiro contingentes de grevistas consideráveis na década de 50, e para isto é necessário que existam lideranças comprometidas com os interesses de classe, e essas lideranças formaram-se um pouco sob os auspícios de partidos de esquerda, mas também dentro dos próprios sindicatos, pois o governo mesmo populista por mais manipulador que pudesse ser, não controlava as mentes dos operários de forma que suas ações nem sempre estiveram coordenadas pelo Estado.

Portanto a nova historiografia sobre os governos populistas, além de repensar o fenômeno, está fazendo justiça aos trabalhadores, que mesmo sob um sindicato relativamente controlado pelo Estado, encontraram espaço, mesmo assim, para a construção de suas próprias lutas sociais, tanto no campo político como econômico. Outras vezes essa tutela do Estado foi apropriada pelos trabalhadores para minar o poder patronal sobre os mesmos,

“as dificuldades desde muito encontradas pelos trabalhadores industriais fez com que parcela importante da classe operária e seus militantes vissem na intervenção estatal um instrumento para mitigar o poder patronal sobre seus empregados, o que de fato implicou o fortalecimento da organização dos trabalhadores”(idem, 231-232).

Repensar a historiografia populista significa impor novos paradigmas explicativos às interpretações do fenômeno populismo brasileiro, como as ações dos trabalhadores e o seu trânsito em meio a uma política clientelista, que procurava sustentação popular através de concessões públicas, para o fortalecimento da imagem do líder populista. Nesse trânsito há a construção de líderes populistas e paralelo a isto também se constroem novas lideranças, mas estas alinhadas aos interesses da classe trabalhadora.

Conclusão

O fenômeno populismo brasileiro não foi um período estéril para os movimentos trabalhistas, pois permitiu a organização dos operários, mesmo que sob um sindicato relativamente controlado pelo Estado. Isso não representou um impedimento para o desenvolvimento de movimentos autênticos de lutas sociais, o que demonstra o nascimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores. As organizações operárias/sindicais permearam a manipulação do Estado populista e construíram sua própria história negociando, resistindo construindo um espaço de lutas e conquistas para os trabalhadores.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. IN: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua História. Debate e Crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. A Formação do Estado Populista na América Latina. 2 ed. São Paulo, Ática, 1989.

_____. O Colapso do Populismo no Brasil. 4ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimento: Um projeto para o Brasil (1945-1964) IN: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua História. Debate e Crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

WEFFORT, Francisco Correa. O Populismo na Política Brasileira. 4ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. IN: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua História. Debate e Crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001